

seus legítimos detentores, fatos que poderão comprometer a regularidade do processo de votação e o resultado das eleições no município, determina-se seja exigida, antes da admissão do eleitor ao exercício do voto, apresentação, além do título, quando dele dispuser, de documento oficial com fotografia que comprove sua identidade.

Medida cuja divulgação incumbirá ao juízo da zona eleitoral com jurisdição sobre o município, a ser promovida da forma mais ampla possível, de modo a não causar prejuízo ao regular exercício do voto.

**Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, aprovar a exigência de apresentação, além do título eleitoral, de documento oficial que comprove a identidade do eleitor dos Municípios de Viseu/PA e Cachoeira do Piriá/PA, antes de ser admitido ao exercício do sufrágio, nos termos do voto do relator.**

**Presidência do Sr. Ministro Joaquim Barbosa. Presentes os Srs. Ministros Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Marcelo Ribeiro, Arnaldo Versiani e o Dr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral Eleitoral. Brasília, 23 de setembro de 2008.**

**22.947 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.077 – CLASSE 26ª – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL.**

**Relator:** Ministro Carlos Ayres Britto.

**Interessado:** Tribunal Superior Eleitoral.

**Ementa:**

Altera a Resolução nº 22.712, de 28 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre os atos preparatórios, a recepção de votos, as garantias eleitorais, a totalização dos resultados e a justificativa eleitoral.

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 23 do Código Eleitoral, resolve:

Art. 1º Acrescentar ao art. 52 da Resolução nº 22.712, de 28 de fevereiro de 2008, os incisos IX, X e XI, com a seguinte redação:

**Art. 52. [...]**

[...]

**IX - para cumprimento do disposto no inciso VIII, os tribunais regionais eleitorais deverão exigir que celulares, máquinas fotográficas, filmadoras e congêneres sejam depositados em bandejas ou guarda-volumes antes da votação;**

**X - nas seções eleitorais onde houver indícios de coação aos eleitores, poderão ser utilizados detectores portáteis de metal para impedir o uso de equipamentos eletrônicos na cabina de votação;**

**XI - os custos operacionais para a execução das medidas constantes dos incisos IX e X correrão por conta dos tribunais regionais.**

[...]

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AYRES BRITTO – PRESIDENTE E RELATOR. JOAQUIM BARBOSA. EROS GRAU. FELIX FISCHER. FERNANDO GONÇALVES. MARCELO RIBEIRO. HENRIQUE NEVES.

**Brasília, 1º de outubro de 2008.**

**Intimação**

**PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 135/2008.**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 31.087 – CLASSE 32ª – MINAS GERAIS (JUIZ DE FORA).

**RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER.**

**RECORRENTE: MARCOS AURÉLIO PASCHOALIN.**

**ADVOGADO: DR. RODOLPHO NORBERTO DE PAULO.**

**RECORRIDO: JOSÉ GERALDO GONÇALVES SOARES.**

**ADVOGADA: DRA. KALINE DE CASTRO SILVA.**

**PROTOCOLO: 30296/2008.**

**Fica intimado o recorrido, por sua advogada, para, querendo, no prazo de 3 (três) dias, apresentar contra-razões ao Recurso Extraordinário interposto nos autos do Recurso Especial Eleitoral nº 31.087.**

**PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 133/2008.**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 29456 – CLASSE 22ª - SÃO PAULO (CAMPO LIMPO PAULISTA).

**RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER.**

**RECORRENTE: ABRÃO BRAGHETTO.**

**ADVOGADOS: JOÃO JAMPAULO JÚNIOR E OUTRA.**

**RECORRIDO: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) - MUNICIPAL.**

**ADVOGADO: VALTER ROBERTO ARMONAS.**

**PROTOCOLO: 29485/2008.**

**Fica intimado o recorrido, por seu advogado, para, querendo, no prazo de 3 (três) dias, apresentar contra-razões ao Recurso Extraordinário interposto nos autos do Recurso Especial Eleitoral nº 29.456.**

**Atas de Julgamento**

**ATAS DE JULGAMENTO**

**ATA DA 112ª SESSÃO, EM 22 DE SETEMBRO DE 2008**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Presidência do Senhor Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes os Senhores Ministros Joaquim Barbosa, Eros Grau, Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Compareceu, também, o Senhor Ministro Arnaldo Versiani. Procurador-Geral Eleitoral o Dr. Antonio Fernando de Souza. Secretário, José Valmir Ferreira. Às dezenove horas e vinte minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da 111ª sessão.

**SAUDAÇÃO AO MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Presidente):** Quero fazer uma saudação especialíssima ao Ministro Humberto Gomes de Barros, do STJ, que passou por aqui luminosamente e que hoje nos honra com sua presença. Pude testemunhar em Sua Excelência – por, pelo menos, dois anos, enquanto estivemos trabalhando juntos – a contribuição ímpar que deu às teses, às causas, às questões da Justiça Eleitoral durante o período em que atuou como representante do Superior Tribunal de Justiça. Receba o meu melhor abraço, Ministro, e a admiração de sempre.

**JULGAMENTOS**

**AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 284**

ORIGEM: ITABORÁ-RJ (151ª ZONA ELEITORAL)

**RELATOR: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES**

AGRAVANTE: JORGE CÂNDIDO DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: PAULO ANDRÉ DE TOLEDO E OUTROS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, nos termos do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Felix Fischer.

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 1927**

ORIGEM: JOINVILLE-SC (96ª ZONA ELEITORAL)

**RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO**

AGRAVANTE: ANA REGINA CONRADT DE JESUS

ADVOGADA: FABIANA FIORINI THOMÉ